



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
06 DE MARÇO DE 2019

N.º 05/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Prof.
Urbano Salgueiro Vidal. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

I – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 22 de fevereiro de 2019..... 4
- 2 – Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Santa Marta de Penaguião – Início de Procedimento..... 4

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS


- 3 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado..... 5
- 4 – Venda do lote n.º 15 da Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos..... 6
- 5 – Sociedade Endless Ways, Lda – “O Caminho mais Longo” – Emissão de Parecer..... 6
- 6 – Ciclonatur Desportos Lda – “Transportugal Europcar Race” – Emissão de Parecer..... 7

Serviços de Tesouraria

- 7 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 15 a 28 de fevereiro de 2019..... 8

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 8 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes 9
- 9 – Constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta..... 10
- 10 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência..... 11
- 11 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Manuel Alberto Ermida Mesquita – Freguesia da Medrões..... 12



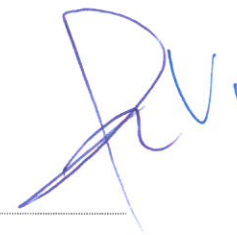
**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

- 12 – Grupo Cultural e Recreativo dos Golfinhos da Paz – VII Penagoyam – Festival de Tunas
– Pedido de Apoio Financeiro..... 14
- 13 – 7 Maravilhas – Doces de Portugal – Submissão de candidatura..... 15

PROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 14 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 16



I – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia
22 de fevereiro de 2019**

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 22 de fevereiro de 2019: -----

----- “PERÍODO DA “ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 – Deliberar sobre a proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais na área da Proteção e Saúde Animal e no domínio da Cultura (n.º 2 do artigo 4.º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro e n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro – Aprovado, por unanimidade, rejeitar a transferência de competências na área da Proteção e Saúde Animal e no domínio da Cultura. -----

----- Ponto 2.3 – Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Tomado Conhecimento.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos
de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município
de Santa Marta de Penaguião – Início de Procedimento**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que, por deliberação de 16 e de 25 de janeiro de 2019, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respetivamente, aceitarem a competência conferida pelo Decreto-Lei nº



98/2018, de 27 de novembro, de autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; -----

----- Considerando que importa agora operacionalizar esta competência, por forma a responder de forma eficaz e eficiente às necessidades dos munícipes e daqueles que vêm ao encontro do nosso concelho; -----

----- Considerando que esta operacionalização consubstancia a implementação de algumas medidas que o Município deve tomar, é importante a elaboração de um regulamento municipal que as discipline; -----

----- Assim, face ao referido, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere no sentido de aprovar o início do procedimento para elaboração de projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 33º do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 28º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 1º e 2º do Decreto-Lei nº 98/2018, de 27 de dezembro." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento de elaboração do projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Santa Marta de Penaguião e fixar o prazo de 10 dias úteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da proposta.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências – Informação do Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado**

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----



----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de fevereiro de 2019.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 05 a 20 de fevereiro de 2019. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Venda do lote n.º 15 da Urbanização
da Massa – S. João de Lobrigos**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte: -----

----- “Por edital nº 14/DAFRH/2019, foi aberto concurso público para a venda do lote nº 15, para construção, sito na Urbanização da Massa – S. João de Lobrigos, cujas candidaturas deveriam ser formuladas até às 17 horas do dia 18 do corrente mês de Fevereiro, no Gabinete de Atendimento ao Município. -----

----- Assim, informo V. Ex.ª. que, até ao dia e hora marcada, não foram entregues no Gabinete de Atendimento ao Município, quaisquer candidaturas.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento e aprovar por unanimidade, proceder à alteração ao Regulamento da Venda dos Lotes de Terreno da Urbanização da Massa em São João de Lobrigos.** -----

**Sociedade Endless Ways, Lda – “O Caminho mais
Longo” – Emissão de Parecer**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- **“A Sociedade Endless Ways, Ld^a**, uma agência de viagens especializada em Turismo Aventura, com sede na Rua Vale de Choupos, nº 21, Concelho de Azeitão, pretende realizar o evento **“ O Caminho mais Longo”**, que se realiza de **18 de Abril a 21 de Abril de 2019**, com partida de Chaves e chegada em São Brás de Alportel. -----

----- De acordo com no artigo 7º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de São Brás de Alportel. -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde se realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e) no nº 2 do artigo 7º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual, conforme os nºs 3 e 4 do artigo 8º, deve ter em conta: -----

----- 1. O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----

----- 2. O número de participantes (limitado a 70 viaturas); -----

----- 3. A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; -----
----- e -----

----- 4. A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de Março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a tomar deliberação quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do nº 2 do artigo 7º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento “O Caminho mais Longo”.** -----

Ciclonatur Desportos Ld.^a – “Transportugal

Europcar Race” – Emissão de Parecer

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 05 de 06 de março de 2019



----- “A Ciclonatur Desportos Ld.ª, com escritório na Avenida Reinaldo dos Santos, nº 24, loja A/B, Colinas do Cruzeiro, 2675-693 Odivelas, pretende realizar uma prova velocipédica, na vertente de Bicicleta de Todo Terreno, denominada Transportugal Europcar Race, que se realiza de 5 a 12 de Maio de 2019, tendo o seu início em Chaves e terminando em Sagres, sendo que a prova passará no nosso Concelho no dia 5 de Maio das 12h às 15,30h. -----

----- De acordo com o nº 1 do artigo 4º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo (no caso de abranger mais de um Concelho). -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual conforme os nºs 3 e 4 do mesmo artigo, deve ter em conta: -----

----- 1. O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----

----- 2. O número de participantes (nesta prova estão previstos 107 atletas oriundos de todo o país e do estrangeiro e 2 dezenas de acompanhantes); -----

----- 3. A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego;

----- e -----

----- 4. A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de Março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a deliberar quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do nº 2 do artigo 3º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento “Transportugal Europcar Race”. -----**



Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 15 a 28 de fevereiro de 2019

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 15 a 28 de fevereiro de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	2019.02.28
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais		1 104 089,76
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	922 380,43	
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	181 709,33	
Receitas Orçamentais		1 212 613,56	Operações de tesouraria		69 021,21
Correntes	703 178,00		Saldo para o dia seguinte:		269 114,42
Capital	60 135,00		Execução orçamental	169 224,55	
Operações de tesouraria		68 571,34	Operações de tesouraria	99 889,87	
Total		1 442 225,39	Total		1 442 225,39

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do
Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro,
José Manuel Moreira Lopes**

----- 8 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----



----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de fevereiro de 2019 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento: -----

----- O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, 17/2009, de 14 de Janeiro, 114/2011, de 30 de Novembro, 83/2014, de 23 de Maio, 10/2018, de 14 de Fevereiro, Lei n.º 76/2017, de 17 de Agosto e Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de Janeiro, estrutura do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI). -----

----- O artigo 3.º -D do citado diploma, prevê a composição das respetivas comissões municipais. Ora, o artigo 16º do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de Janeiro, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as devidas alterações, no que respeita aos condicionalismos à edificação, o n.º 14 alude que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) integra obrigatoriamente: -----

- Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente; -----
- Um representante da Direção Regional de Agricultura territorialmente competente; e -----
- Um representante da ANPC. -----

----- II - Proposta: -----

----- Face ao novo imperativo legal, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de Janeiro,



propõe-se que a Câmara Municipal delibere que a composição da CMDF, seja constituída da seguinte forma: -----

1. O Presidente da Câmara Municipal ou seu representante, que preside; -----
2. Os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de Fontes e União de Freguesias de Louredo e Fornelos, designados pela Assembleia Municipal, Ata n.º 04/2018, de 22 de Junho, Senhor António Paulo Monteiro Pinto Conceição e Senhor Gil Carlos Lourenço Teixeira;
3. Um representante do ICNF, I.P.; -----
4. O Coordenador Municipal de Proteção civil; -----
5. Um representante da GNR; -----
6. Um representante das Organizações de Produtores Florestais; -----
7. Um representante da I.P, S.A., um representante do IMT, I.P., e dois representantes dos concessionários da distribuição de energia elétrica; -----
8. Um representante do Conselho Diretivo da Unidade de Baldios; -----
9. Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente; -----
10. Um representante da Direção Regional de Agricultura territorialmente competente; e -----
11. Um representante da ANPC. -----

----- Após deliberação da presente constituição da CMDF, a anterior comissão fica sem efeito." ---

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a composição da CMDF – Comissão Municipal da Defesa da Floresta, nos termos da informação dos Serviços Técnicos. -**

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 10 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo



Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de dezembro, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe "*Direito de preferência de organismos públicos*", pode ler-se "se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu". -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no
artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente:
Manuel Alberto Ermida Mesquita – Freguesia da Medrões**

----- 11 – Presente à reunião requerimento do Senhor Manuel Alberto Ermida Mesquita, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Alberto Mesquita e Ana Julieta da Conceição



Pereira, a solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- "1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Manuel Alberto Ermida Mesquita (NIF 144224720), na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Alberto Mesquita e Ana Julieta da Conceição Pereira, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de compra e venda do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, denominado de Várzea, com a área de 69 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 538-A, da freguesia da Medrões, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 175. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1 Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe "Medidas Preventivas", "a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios". -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o "parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
538-A	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Agrícolas</i>



----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no citado prédio rústico na proporção de 1/2 indiviso a favor de cada um dos seguintes: Alexandre Cardoso Santos e Helena Guedes Santos. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de compra e venda, visando a constituição de compropriedade no artigo 538-A, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Cultura**

**Grupo Cultural e Recreativo dos Golfinhos
da Paz – VII Penagoyam – Festival de Tunas
– Pedido de Apoio Financeiro**

----- 12 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural e Recreativo dos Golfinhos da Paz, registado sob o n.º 443 de 07 de fevereiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----



----- “O VII Penagoyam – Festival de Tunas é um evento que já vai na sétima edição, faz parte da cultura do nosso concelho acolher este festival no mês de março. É gratificante ver Santa Marta cheia de capas negras e cantares de estudantes. É um dia em que cinco tunas enchem as ruas da nossa vila, animando quem por eles passa. À noite muitos são os que não perdem a oportunidade de assistir às suas brilhantes atuações no auditório municipal. -----

----- Sendo este um evento de grande dimensão, torna-se difícil a nossa associação suportar todos os custos. Pelo que pedimos o apoio monetário do município, para desta forma conseguirmos responder às expectativas dos nossos habitantes. São cerca de 160 pessoas envolvidas, exigindo assim um grande esforço a nível monetário e logístico. -----

----- O VII Penagoyam – Festival de Tunas, realiza-se a 16 de Março de 2019, dia este em que pretendemos uma tarde e uma noite com muita animação e alegria.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 336. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, ausentou-se na discussão e votação deste ponto.** -----

7 Maravilhas – Doces de Portugal

– Submissão de candidatura

----- 13 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião irá candidatar este ano a doçaria penaguiense nas 7 Maravilhas Doces de Portugal, com o objetivo principal de promover e de levar mais longe o nome de algumas das iguarias que marcam o nosso concelho, tanto a nível gastronómico como a nível histórico. -----

----- A grande finalidade do concurso é homenagear os “produtos únicos de cada região na arte da doçaria”, “o doce que a avó fazia todos os Natais, o que se criou em conventos e se manteve até

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 05 de 06 de março de 2019

aos nossos dias, aquela iguaria da terra que só se come na Páscoa, o gelado que só se faz no verão com fruta da época, o pudim à base da produção local, aquele docinho tradicional que só se encontra naquela zona do país, e especialmente as inovações que privilegiam o que a terra dá.” -

----- Desta forma, e para ajudar nas despesas associadas à submissão da candidatura, nomeadamente a transferência do valor para a entidade EIPWU, Lda, proponho o pagamento de despesa no valor de 140€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 358. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 140,00€ (cento e quarenta euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, nos termos da proposta.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 14 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)